

## **Balço Social: Fatores Favoráveis e Limitantes para Implementação no Setor Hospitalar**

### **AUTORAS**

**MARÍLIA PAULA DOS REIS TEIXEIRA**

Universidade Federal de São João del Rei  
marilia0203@yahoo.com.br

**DENISE CARNEIRO DOS REIS BERNARDO**

Universidade Federal de Lavras  
denisecarneiroprof@yahoo.com.br

**ELIZETE ANTUNES TEIXEIRA NOGUEIRA**

Universidade Federal de São João del Rei  
elizete@ufsj.edu.br

### **RESUMO**

Desde 1997, a partir de uma campanha realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (Ibase), algumas empresas brasileiras vêm publicando anualmente seus balanços sociais com o objetivo de mostrar à sociedade as ações sociais realizadas em prol de seus públicos interno e externo. Observa-se que, anualmente, há um aumento do número de organizações, tanto privadas como públicas além das organizações sem fins lucrativos que publicam seus balanços sociais no modelo sugerido pelo Ibase. Nesse contexto, o objetivo desse trabalho é descrever os fatores favoráveis e limitantes para a implementação do balanço social em uma organização hospitalar sem fins lucrativos situada no sul de Minas Gerais. O trabalho realizado caracteriza-se como estudo de caso. A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista e análises bibliográfica e documental. Os resultados demonstraram que houve uma receptividade por parte da organização na elaboração e publicação do balanço social. Quanto às limitações, assinala-se a falta de conhecimento dos membros da organização das funções do balanço social, a ausência de cooperação para a elaboração do balanço social e falta de informações precisas sobre os recursos destinados às atividades sociais.

### **ABSTRACT**

Since 1997, from a campaign developed by the Brazilian Institute of Economic and Social Analyses (Ibase), some brazilian business corporations have been publishing their social balance sheet annually in order to show the society the social actions. It is observed that there is an increase of the number of the organizations annually, both private or public besides the non-profit organizations which publish their social balance sheet according to the model suggested by the Ibase. In this context, the objective of this essay is to describe the favorable and limited factors to the implementation of the social balance sheet in a non-profit hospital in the South of Minas Gerais. The developed work can be described as a study of case and the data collection which were achieved in interviews and bibliographic a documental analyses. The results showed that there was a positive answer by the organization in the social balanced work and publishing. Concerning the limitations, it can be observed a lack of knowledge in the social balance sheet organization members, the absence of a cooperation to elaborate the social balance sheet and a lack of precise information about the resources which are nominated to the social activities.

Palavras-chave: Balço Social, Terceiro Setor, Setor Hospitalar.

## **1 INTRODUÇÃO**

Desde o início do século XX, registram-se manifestações em prol do compromisso das empresas com o bem-estar da comunidade em que se encontra. Porém, somente a partir de 1960, nos Estados Unidos da América, diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações destinadas à sociedade por meio da divulgação relatórios anuais com informações de caráter social e ambiental, resultando no que se chama hoje de balanço social.

A elaboração do balanço social é obrigatória na França desde 1977, pelas empresas com mais de 300 empregados. Diversos países da Europa seguiram os passos pioneiros da França e também começaram a pregar a importância da elaboração desse documento, entre eles Alemanha, Holanda, Suécia, Espanha e Inglaterra. Em Portugal, a publicação do balanço social é obrigatória para todas as empresas desde 1985 e na Bélgica, desde 1986.

No Brasil, foi em 1997, com a atuação do sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”, que a idéia de responsabilidade social das empresas e a proposta da divulgação do balanço social alcançaram maior projeção nacional. Desde então, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) vem incentivando as empresas brasileiras a publicarem esse demonstrativo.

Apesar de não existir uma legislação específica que regulamente a elaboração e a publicação do balanço social no Brasil até 2007, é cada vez maior o número de empresas que o publicam anualmente, de acordo com o modelo sugerido pelo Ibase, além de existir legislações incentivando a publicação do balanço social em alguns estados e municípios brasileiros.

Aliás, as organizações do terceiro setor também têm publicado seus balanços sociais com o objetivo de tornar pública sua gestão, dando maior visibilidade às suas práticas e condutas, além de fortalecerem sua imagem.

Dessa forma o objetivo desse trabalho é descrever os fatores favoráveis e limitantes para a implementação do balanço social em uma organização hospitalar sem fins lucrativos situada no sul de Minas Gerais. Para tanto, foram realizadas entrevistas com alguns membros do corpo funcional da instituição pesquisada, bem como a análise bibliográfica e documental.

Os resultados da pesquisa demonstraram houve uma receptividade por parte da organização na elaboração e publicação do balanço social tendo em vista a transparência da gestão, além de servir como uma ferramenta de marketing. Quanto às limitações, da implementação do balanço social, ressalta-se a falta de conhecimento tanto dos empregados como de alguns membros da atual diretoria executiva do hospital. Também, ressalta-se a importância do desenvolvimento de uma campanha de conscientização para a continuidade da elaboração e publicação do balanço social mesmo após a mudança dos dirigentes do hospital..

Enfim, a elaboração e publicação do balanço social revelam uma atitude inovadora por parte da organização, pois essas ações revelam a busca pela transparência de informações e da gestão da instituição.

## **2 Problema de Pesquisa e Objetivos**

O objetivo do trabalho foi descrever os fatores favoráveis e limitantes para a implementação do balanço social em uma organização hospitalar, sem fins lucrativos, situada no sul de Minas Gerais. O problema de investigação está situado nas seguintes questões: Quais são os pontos favoráveis para a elaboração e publicação do balanço social em uma organização do terceiro setor? E quais seriam as dificuldades?

Embora o tema esteja sendo cada vez mais debatido no Brasil, a relevância e a originalidade estão em levantar, principalmente, as dificuldades para a implementação do balanço social em uma organização sem fins lucrativos.

Em relação à exequibilidade e oportunidade, o estudo envolverá uma organização hospitalar que está em processo reorganização dos processos gerenciais, além do envolvimento e familiaridade dos autores com pesquisas em organizações desse setor.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 Balanço Social Como Ferramenta de Análise**

O balanço social, conhecido também como relatório de sustentabilidade ou relatório de responsabilidade social, é um demonstrativo elaborado anualmente pelas empresas para prestar contas das atividades e dos impactos econômicos, sociais e ambientais da organização. Reúne um conjunto de informações sobre projetos, benefícios e ações sociais e serve como instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Segundo Tinoco (2001, p. 14):

*“Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários”.*

O objetivo do balanço social é evidenciar as atividades econômica e social num determinado período da instituição. As informações contidas nesse relatório devem ser diretas, simples e transparentes, permitindo, tanto à comunidade como aos diversos públicos que interagem com a instituição, avaliá-la, compreendê-la e criticá-la (Tinoco, op. cit.). A função principal desse demonstrativo é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

Segundo Kroetz, (2000) o balanço social é uma ferramenta gerencial que reúne dados qualitativos e quantitativos sobre as relações entidade/ambiente, permitindo identificar problemas e oportunidades, auxiliando a administração na tomada de decisão e na adoção de estratégias empresariais. Assim, o balanço social demonstra, juntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da organização. Também pode evidenciar, por meio de indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população ampliando, assim, o grau de confiança da sociedade na entidade e contribuindo para a valorização da marca/goodwill<sup>1</sup>.

No Brasil, os modelos de balanço social mais difundidos são o modelo da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) da Universidade de São Paulo (USP), que contempla os segmentos laborais, ambientais e a riqueza gerada, destacando-se a demonstração do valor adicionado e o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (Ibase) que contempla itens relativos ao público interno, ao público externo, meio ambiente e ao corpo funcional.

Interessante destacar que ainda não há uma legislação em nível federal voltada para a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social. Porém, em alguns estados e municípios já existem leis incentivando a publicação desse demonstrativo como a Lei nº 2.843/2003, no Estado do Amazonas; a Lei nº 11.440/2000, do Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios de São Paulo, a resolução nº 005/98, Santo André (SP), Lei nº 7672/1998; Uberlândia, decreto nº 118/1999; João Pessoa (PB), o projeto de Resolução nº 004/98 e Porto Alegre (RS), Lei nº 8118/1998.

---

<sup>1</sup> Segundo Mosimann e Fisch (1999, p. 34), “O Goodwill é parte do ativo da empresa que gera riqueza, embora ele exista de forma abstrata. Ele representa um valor existente em função de múltiplas variáveis não visíveis, mas que alteram o valor da empresa de forma substancial, aumentando-o ou diminuindo-o”.

Os principais acontecimentos históricos relacionados à publicação do balanço social no mundo são expostos no Quadro 01. Já os fatos relativos a publicação desse demonstrativo no Brasil são mostrados no Quadro 02. Ambos encontram-se nos Anexos.

### **3.2 Modelos de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)**

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) foi criado em 1981. É uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos e sem vinculação religiosa ou partidária. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades – especialmente de gênero e raça – e estimular a participação cidadã, exigindo transparência pelos representantes eleitos, gestores quanto ao uso de recursos públicos. Também tem por missão cobrar ética, responsabilidade social e cidadã dos setores empresariais. O Ibase procura estabelecer alianças estratégicas na busca pelos seus objetivos, vinculando o global e o local, “*passos fundamentais para a construção de uma verdadeira sociedade democrática*.” (Ibase, [s.d.]).

O público para o qual suas ações estão direcionadas é composto por movimentos sociais populares, organizações comunitárias, agricultores familiares e trabalhadores sem terra, lideranças, grupos e entidades de cidadania ativa, escolas, estudantes e professores da rede pública de ensino fundamental e médio, rádios comunitárias e experiências em comunicação alternativa, formadores de opinião nos meios de comunicação de massa, parlamentares e assessores e gestores de políticas públicas.

Em relação à divulgação do balanço social, o Ibase, em 1997, liderou uma campanha com esse objetivo e lançou um modelo de apresentação deste relatório socioambiental para garantir um padrão mínimo de informações simplificadas que assegure a avaliação e a divulgação adequada da ação da empresa. Essa campanha teve o objetivo de mostrar aos empresários e a sociedade a importância da elaboração e divulgação do balanço social anualmente e num único modelo.

De acordo com Torres [s.d.] (apud Silva e Freire, 2001), o modelo elaborado tinha algumas peculiaridades, como: ter sido desenvolvido pela iniciativa de uma ONG; diferenciar as ações e os benefícios obrigatórios dos realizados de forma voluntária; possuir essencialmente dados quantitativos, além de permitir a comparação entre diferentes empresas e uma avaliação de uma mesma corporação, ao longo dos anos, se for preenchido de forma transparente.

O modelo elaborado teve o apoio de técnicos, pesquisadores e diversos representantes de instituições públicas e privadas. O balanço social do Ibase contou com o apoio da Comissão de Valores Mobiliários, por meio de uma Instrução Normativa, que indicava que as empresas de capital aberto deveriam elaborar o balanço anualmente. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), reguladora das empresas do setor, também apoiou a elaboração do balanço social no modelo do Ibase. Esta é a razão pela qual as empresas que publicam esse demonstrativo desde a sua origem são, em sua maioria, de capital aberto e do setor elétrico (Torres [s.d.], apud Silva e Freire, 2001).

Em 1998, foi lançado o Selo Balanço Social Ibase/Betinho, conferido anualmente a todas as grandes e médias empresas que publicam o balanço social de acordo com o modelo proposto e que passam por uma consulta pública. Por meio deste selo, as empresas podem divulgar - em seus anúncios, embalagens, balanço social, *sites* e campanhas publicitárias - que investem em educação, saúde, cultura, esportes e meio ambiente. Em 2000, 2001 e 2002 foram lançadas versões atualizadas do modelo de balanço social. O Ibase coordenou a elaboração de um modelo de balanço social específico para o terceiro setor e outro para micro e pequenas empresas, além do modelo de cooperativas.

Um outro projeto apoiado pelo Ibase é o *Red Latinoamericana de Responsabilidad Social Empresarial (Red Puentes)*, que tem como objetivos fortalecer parcerias internacionais que estimulem práticas empresariais socialmente responsáveis, utilizando o balanço social como ferramenta e a ética como princípio; construir, consolidar e disseminar o conceito de responsabilidade social das empresas e sensibilizar as organizações da sociedade sobre a importância do balanço social e seus indicadores como ferramentas de controle público cidadão.

De acordo com o Ibase (s. d.), “*A idéia do Balanço Social é, sem dúvida, uma interpelação às empresas, mas, sobretudo um convite para que demonstrem, de forma transparente, como assumem a sua responsabilidade social e cidadã.*”.

Como incentivo à publicação do balanço social, o Ibase enumera algumas justificativas, como o fato de ser um moderno instrumento de gestão, por meio do qual a empresa pode gerir, medir e divulgar o exercício da responsabilidade social. Também é um instrumento de avaliação, pois os analistas de mercado, investidores e órgão de financiamento como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o International Finance Corporation (IFC) já incluem esse demonstrativo na lista dos documentos necessários para conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma empresa, visto que uma estratégia empresarial voltada para a ética e transparência está sendo cada vez mais valorizada (Ibase, [s.d.] e Borger, 2000). Enfim, publicar o balanço social demonstra que os objetivos das empresas estão incorporando as práticas de responsabilidade social e ambiental, em contraposição à antiga visão, indiferente à satisfação e ao bem-estar dos empregados.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (s.d.) esclarece que, apesar de incentivar a publicação do balanço social, a responsabilidade social das empresas e o princípio da empresa cidadã devem ser construídos e concretizados antes de serem obrigatórios (Ibase, s. d.).

Dessa forma, o Instituto vem colocando em foco este tema, por acreditar que a parceria entre empresas, governo e sociedade é fundamental para reduzir a pobreza e a injustiça social, promovendo um maior progresso e desenvolvimento social e humano. O instituto reconhece que “*(...), muito ainda precisa ser estudado, pesquisado, e realizado na prática para que esta idéia possa, de fato, gerar frutos concretos para toda sociedade*” (Ibase [s.d.]).

O Instituto possui quatro modelos de balanço social: (1) para as grandes e médias empresas; (2) para as pequenas e micro empresas; (3) para as cooperativas e (4) para as instituições de ensino, fundações e organizações sociais. Os principais conjuntos de indicadores contidos no modelo para as grandes e médias empresas contemplam dois enfoques. O primeiro seria o enfoque na contabilidade sócio-empresarial, no qual a empresa é vista como uma célula social interagindo com o meio no qual está inserida e assumindo responsabilidades com a comunidade e o meio ambiente. O outro enfoque seria o econômico, que tem como indicadores a demonstração do valor adicionado (DVA), capaz de fornecer informações sobre a riqueza gerada no país, por segmentos empresariais e sua distribuição (Carneiro, 2002). Os indicadores destacados também auxiliam os administradores na medida em que podem gerar informações para tomada de decisão, além de melhorar a rentabilidade empresarial por meio da manutenção da satisfação dos trabalhadores, fator capaz de afetar os resultados empresariais (Tinoco, 2001).

Já o modelo de balanço social das micro e pequenas empresas possibilita que elas entrem nas discussões de responsabilidade social empresarial. Este modelo realça a relação entre a empresa e seus empregados e conscientiza os micro e pequenos empresários que a atuação de sua organização é importante para a transformação de seu meio. O balanço social para as PME's também ressalta a relação destas empresas com o meio ambiente e com a

sociedade, e é composto por seis grupos de questionários: identificação da empresa; indicadores econômicos; indicadores sociais internos; indicadores sociais externos; indicadores do corpo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.

As cooperativas que elaboram e publicam o balanço social tornam públicas e transparentes suas atividades internas e externas, permitem a avaliação seu próprio desempenho cooperativo e proporciona aos *stakeholders* informações sobre como estão aplicando os seus princípios cooperativistas. Essas informações – que devem estar de acordo com os princípios cooperativistas definidos pela Associação Cooperativa Internacional e pela Recomendação 193 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – ajudam as cooperativas a coibir práticas do setor que não estejam de acordo com os princípios democráticos e distributivos que o caracterizam.

E o modelo de balanço social para instituições de ensino, fundações e organizações sociais tem como principal objetivo demonstrar de em que vêm seus recursos financeiros, em que os mesmos são aplicados, quais são as ações em prol de seus empregados e como a instituição se relaciona com eles. Além disso, a instituição pode demonstrar a preocupação e quais são as metas para promover a diversidade em seus quadros, apresentar em que nível está a participação dos empregados nas tomadas de decisão e tornar clara a existência, ou não, da democracia no dia-a-dia institucional.

### **3.3 Divulgação de Informações Contábeis e Sociais**

No Brasil, as informações financeiras são evidenciadas como estabelece a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), especificamente no seu artigo 176, que trata dos demonstrativos de publicação obrigatória e os de publicação voluntária.

Os demonstrativos contábeis obrigatórios para sociedades anônimas (Lei nº 6.404/76) são: o balanço patrimonial, demonstrativo de resultado do exercício (DRE), demonstração das mutações do patrimônio líquido e de lucros ou prejuízos acumulados e a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR).

A finalidade do balanço patrimonial é demonstrar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinado momento.

O demonstrativo de resultado do exercício (DRE) apresenta as receitas, despesas, ganhos e perdas, demonstrando o lucro ou prejuízo líquido do exercício, bem como o lucro por ação, no caso de sociedade anônima. Esse demonstrativo não considera os benefícios obtidos pelos financiadores, trabalhadores e clientes, enfocando o lucro ou prejuízo apurado. Essa informação interessa apenas ao proprietário, sócio ou acionista e, por isso, é uma demonstração exclusivista (Santos, 2003).

Quanto à demonstração das mutações do patrimônio líquido e de lucros ou prejuízos acumulados, as sociedades por ações aceitam as duas demonstrações. Porém, a demonstração das mutações do patrimônio líquido é considerada mais completa e evidencia a mutação do patrimônio líquido de forma geral. E a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados gera informações acerca do resultado do exercício, indicando a destinação do lucro ou a compensação de reservas no caso de prejuízos.

A demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) evidencia as origens de recursos que geram a capacidade da empresa honrar com seus compromissos financeiros a curto prazo, bem como onde esses recursos são consumidos.

Já os demonstrativos contábeis voluntários - ainda não exigidos por lei - (Lei nº 6.404/76) abrangem a demonstração de fluxo de caixa (DFC), a demonstração do valor adicionado e o balanço social, tratado especificamente nesse trabalho.

A demonstração de fluxo de caixa (DFC) demonstra as movimentações de disponibilidades em um determinado período.

A demonstração do valor adicionado tem por objetivo informar o valor da riqueza criada pela empresa e sua respectiva distribuição.

Em relação à demonstração do valor adicionado, há, no inciso II, do artigo 188 do Anteprojeto da Lei 6.404/76, uma proposta de tornar essa demonstração obrigatória (Carneiro, 2002).

Tinoco (1984) também destaca a contabilidade de excedentes (Surplus) que “avalia a eficácia social alcançada pela empresa na realização de sua atividade” (Tinoco, 1984, p. 67).

A divulgação de informações de caráter financeiro no Brasil refere-se essencialmente, aos eventos operacionais da empresa, sem demonstrar sua inserção na vida social bem como a forma que se relacionam com seus *stakeholders*. As informações contábeis prescritas pela lei são substanciais quantitativamente, mas essas informações não são suficientes. A legislação trata essencialmente do capital, pois todas as demonstrações contábeis exigidas possuem informações exclusivamente financeiras. Reconhece-se que essas informações são importantes mas são dirigidas, basicamente, para a administração da empresa, fornecedores, clientes e fisco. Para os trabalhadores, parte importante do processo produtivo, pouca informação é ministrada (Tinoco, 2001; 1984).

Segundo esse autor, a crítica a ser feita a esse tipo de postura passa pela geração de relatórios contábeis e sociais que permitam relacionar o desempenho econômico-financeiro ao desempenho operacional e social, bem como explicitem a riqueza gerada pela atividade empresarial e sua distribuição entre os agentes de produção (Tinoco, 1993).

Nos países desenvolvidos, o balanço social é visto como um instrumento de gestão, não havendo um balanço para os acionistas e outros para os trabalhadores. Nesses países, o lucro é considerado uma vocação normal da empresa, permitindo que a relação entre dirigentes e assalariados seja consensual e não conflituosa (Tinoco, 2001).

A propósito, a publicação do balanço social é ressaltada por Hendriksen & Breda (1999). Estes autores americanos esclarecem que, principalmente na Europa, os interesses dos empregados e do governo são colocados no mesmo nível do interesse dos acionistas, demonstrando a importância que é dada aos diversos grupos de interesses nas informações contábeis. Também discorrem sobre a publicação desse demonstrativo na França, onde esse relatório é obrigatório e possui informações sobre empregos, custos associados a salários (pacotes de benefícios), proteção à saúde e à segurança, treinamento de empregados, outras condições de vida relacionadas à empresa, incluindo alojamento e transporte proporcionados a empregados da empresa dentre outras informações “*Sem dúvida, isso vai além de qualquer exigência às empresas americanas*” (Hendriksen & Breda, 1999, p. 512).

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Tipos de Pesquisa**

A presente pesquisa classifica-se quanto à natureza dos dados como qualitativa, especificamente enquadra-se na tipologia de estudo de caso, um método de pesquisa considerado adequado para o desenvolvimento de uma investigação qualitativa, pois esse tipo de abordagem procura trabalhar com cenários sociais bastantes específicos (Alencar, 1999).

O método “entrevista focalizada” (*focused-interview*) foi utilizado para coleta de informações. Esse método possui as seguintes características: a) está centrado em tópicos dispostos em um roteiro que serão abordados durante a entrevista; b) esses tópicos não assumem a forma de questões estruturadas; c) não há nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões que emergem durante a realização da entrevista (Alencar e Gomes, 1998, p.110).

A elaboração do roteiro seguiu, em linhas gerais, os seguintes passos: a) procurou-se inicialmente detectar os fatores que os entrevistados identificavam como favoráveis (possíveis meios) ou limitantes (possíveis condições) ao desenvolvimento do balanço social na

organização estudada; b) procurou-se, em seguida, identificar como eles relacionavam tais fatores com os demais objetos de orientação que compõem o ambiente (objetos sociais, culturais e físicos). Os entrevistados foram selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento.

As entrevistas foram gravadas e tiveram duração média de trinta minutos. A análise das entrevistas seguiu os seguintes passos: a) transcrição das fitas; b) leitura sistemática de todas as entrevistas; c) identificação de dimensões (o que existe ou não em comum na fala dos entrevistados); d) codificação das diferentes dimensões para identificá-las; e) organização das dimensões codificadas em categorias de objetos significantes (Strauss e Corbin, 1990); f) montagem da rede de significação que enfatiza a generalização na forma de descrições gerais de dados combinados, advindos de dados verbais trabalhados durante a análise, construindo um sistema geral de combinações dos significados (Kluth, 2000)<sup>2</sup>.

Já análise documental teve por objetivo o levantamento de dados secundários junto ao hospital, com a finalidade de resgatar dados históricos da organização, tais como: estatuto social, livro de ata, relatórios de gestão, demonstrações financeiras oficiais, jornais, revistas, boletins, entre outros.

#### **4.2 Caracterização Geral da Organização Estudada**

O hospital estudado originou-se em meados de fevereiro de 1941 sendo uma associação de capital privado com fins públicos e sem fins lucrativos. Por motivo de sigilo da organização denominou-se aqui de Hospital VM. A instituição está localizada na região sul de Minas Gerais e atualmente presta serviços de Pronto Socorro Adulto e Pediátrico 24 horas, Pré-Natal, ambulatório ginecológico, CTI adulto, UTI Neo-Natal, serviços de Raio-X, exames laboratoriais, serviços nutricionais, fisioterápicos e psicológicos.

O atendimento médio mensal do Hospital VM é de 3.200 pessoas, onde são internadas em média 450 pessoas e realizados, aproximadamente, 2.800 atendimentos ambulatoriais. O Hospital VM atende uma região com aproximadamente 450.000 habitantes.

Durante aproximadamente trinta e oito anos o hospital foi administrado e dirigido por membros do corpo clínico, que nem sempre possuíam habilidades técnicas específicas para desempenhar a função de administrador. Após este período, a entidade foi conduzida por um profissional formado na área administrativa, contudo, no decorrer dos anos em que permaneceu na instituição não acompanhou as tendências do mercado hospitalar. A completa falta de controle administrativo e a não importância dada ao avanço tecnológico da área médica e hospitalar levaram a instituição a uma dívida de R\$ 1.284.467,00 dessa forma o hospital perdeu crédito com seus fornecedores, parceiros e empregados. Em 2004 uma nova diretoria assumiu o comando da instituição que renegociou a dívida além de criar, para auxiliar na recuperação financeira do hospital, o Instituto Amigos do VM a fim de captar recursos junto à comunidade e promover o bem estar da saúde para toda a população. Criou-se, também, o programa de doações voluntárias e benefícios, em que o doador de determinado valor monetário recebe em troca o apoio médico e hospitalar gratuito.

Hoje hospital VM se encontra com uma gestão profissionalizada, a nova diretoria busca continuamente a melhoria de processos, técnicas e equipamentos, de forma a proporcionar para a comunidade serviços hospitalares de alta qualidade. Também formou-se uma equipe específica para desenvolver e promover o marketing institucional da entidade junto à comunidade. Além disso, a administração se preocupa com a análise e conhecimento dos custos hospitalares; em função disso criou-se uma equipe multidisciplinar a qual, por meio de um planejamento sistêmico de compras, possibilita a obtenção de produtos com

---

<sup>2</sup> A análise das informações coletadas será efetuada tendo como referência os estudos de Strauss e Corbin (1990) e Bicudo (2000).



preços reduzidos, além do controle rigoroso das receitas, evidenciados em uma planilha de custos reais por procedimentos realizados.

## **5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A idéia de elaboração e publicação de balanço social no hospital VM surgiu de uma parceria que o hospital mantém com duas universidades federais mineiras. Foi realizado um convênio entre uma das universidades e o hospital, por meio do qual uma graduanda e pesquisadora do curso de Ciências Contábeis foi responsável por coletar os dados bem como realizar as entrevistas e elaborar o balanço social do hospital com o auxílio de dois professores, cada um pertencendo a uma universidade.

A elaboração e a publicação do balanço social do hospital VM teve o apoio de sua diretoria executiva, que argumentou sobre a importância da divulgação das ações sociais realizadas pela instituição bem como da transparência da gestão. Os trechos dos depoimentos, apresentados a seguir, ilustram esses fatos:

*A publicação do balanço social do hospital VM será um marco na história da organização, visto que nunca houve valorização da divulgação das ações que o hospital realiza tanto para seu público interno quanto para o externo* (R, presidente da diretoria executiva).

*Além da publicação dos demonstrativos contábeis obrigatórios a demonstração do balanço social irá reforçar a transparência da atual gestão na condução da organização* (D, diretora administrativa).

Outra questão é a relação em que tanto os empregados quanto a diretoria executiva estabelecem entre a publicação e a divulgação do balanço social e marketing. Os trechos a seguir demonstram essa afirmação:

*O balanço social é um instrumento de divulgação das ações sociais que o VM tem realizado para seus funcionários e para a sociedade (...) acredito que a publicação desse demonstrativo, por mostrar nossas ações, aumentará a arrecadação das doações feitas pelo Instituto dos Amigos do VM* (Ki, departamento de marketing)

*Eu acho que vai ser importante a publicação do nosso balanço social para mostrar a transparência da gestão (...) de quê adianta fazer se ninguém fica sabendo? Nome também é importante (...)* (K, estagiária de marketing)

Quanto às limitações para a implementação do balanço social no hospital VM ressalta-se a falta de conhecimento dos empregados sobre o assunto. Os trechos abaixo expõem essa questão:

*(...) mas me explica uma coisa: pra quê serve o balanço social? Qual a vantagem de publicar se não é um demonstrativo obrigatório?* (E, departamento de contabilidade).

*(...) confesso que eu já ouvi falar alguma coisa sobre balanço social, mas eu não sei exatamente o que ele é e qual a sua função (...) eu até procurei ler algum texto sobre o assunto, mas não tive tempo* (I, departamento de custos).

*Mas o balanço patrimonial do hospital já não é um balanço social? Porque o hospital é uma organização do terceiro setor e o balanço patrimonial do terceiro setor já é um balanço social ou não?* (H, departamento de contabilidade).

Outra dificuldade encontrada para a elaboração do balanço social no hospital VM foi a falta de colaboração do corpo funcional para o preenchimento do demonstrativo social. Talvez, a falta de conhecimento da importância de sua contribuição para a elaboração do balanço social seja um dos motivos.

Com relação à elaboração do balanço social houve uma grande dificuldade em mensurar os investimentos em ações sociais. Isso porque os materiais utilizados assim como a quantidade de exames e consultas oferecidos não foram quantificados dificultando a valoração exata dessas atividades sociais. Alguns valores tiveram que ser estimados o que pode não corresponder exatamente à realidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou demonstrar os fatores favoráveis e limitantes para a implementação do balanço social em uma organização hospitalar sem fins lucrativos situada no sul de Minas Gerais. Observou-se uma receptividade por parte da organização na elaboração e publicação desse demonstrativo tendo em vista a transparência da gestão, além de servir como uma ferramenta de marketing. Entretanto, ressalta-se a importância da conscientização, por parte dos gestores do hospital, para a continuidade da elaboração e publicação do balanço social mesmo após a mudança da diretoria executiva.

Também, sugere-se a concessão por parte do Ibase do selo “Ibase/Betinho” para as organizações do terceiro setor. Essa atitude seria um incentivo a mais para a publicação do balanço social no modelo para as instituições de ensino, fundações e organizações sociais.

Em suma, os fatores favoráveis e os fatores limitantes para a implementação do balanço social no hospital VM são expostos na Figura 01:

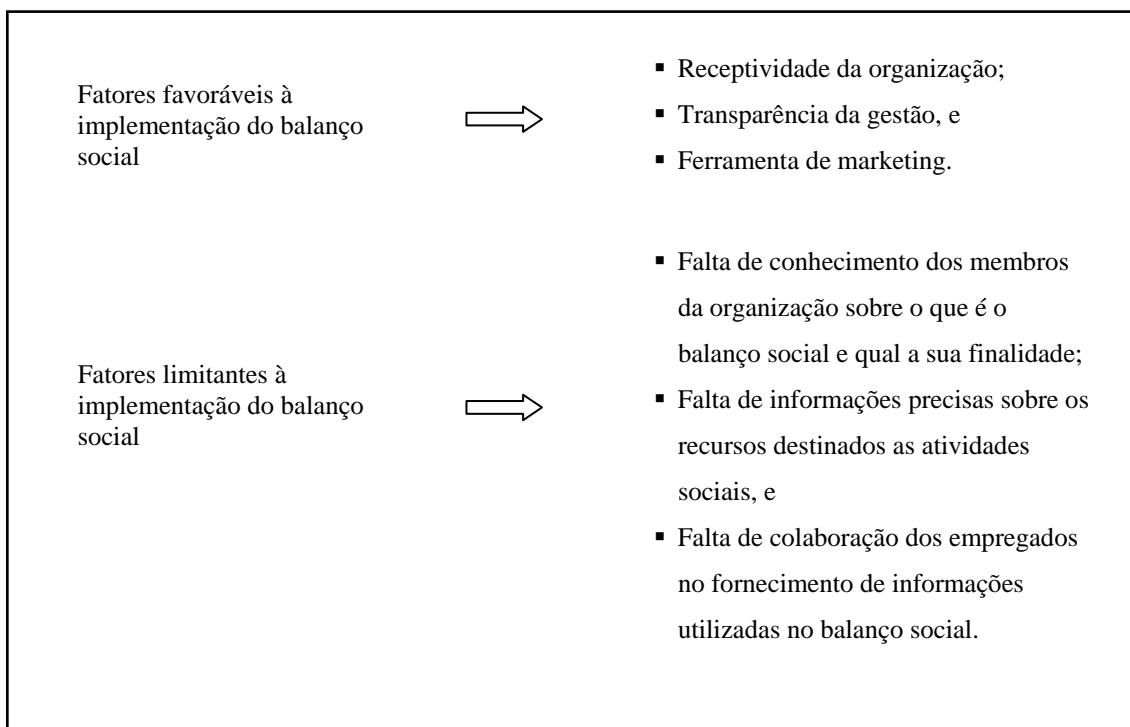


Figura 01 Fatores favoráveis e limitantes para a implementação do balanço social.  
Fonte: Os autores (2007).

Enfatiza-se a importância da iniciativa do Ibase de realizar, em 1997, uma campanha para a publicação voluntária desse demonstrativo no país, colocando o assunto inclusive, na pauta das discussões do Congresso Nacional, em 1997, e também por divulgar um modelo

padrão para a apresentação das informações, visto que a publicação desse demonstrativo no Brasil é feita de forma voluntária. Isso porque se a forma de apresentação for livre, não haverá como se comparar os dados de ano para ano, ou de empresa para empresa, tornando-se este demonstrativo um simples instrumento de marketing.

Considerando que há legislações nos estados e municípios brasileiros incentivando a publicação do balanço social e premiando as empresas que apresentarem qualidade nos seus demonstrativos sociais, destaca-se a padronização da divulgação dessas informações, permitindo a comparabilidade dos dados bem como o desenvolvimento de métodos que permitam verificar a transparência das informações divulgadas.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Edgar. Introdução à metodologia de pesquisa social. Lavras, MG: UFLA, 1999. 125p.
- ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo. 1 ed. Lavras, MG: UFLA/FAEPE, 1998, v. 1. 212 p.
- AMAZONAS. Lei n. 2.843, de 31 de outubro de 2003. CRIA o Certificado de Responsabilidade Social para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências. Amazonas: Governo do Estado do Amazonas, 2003.
- BALANÇO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 15/02/05.
- BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis. Investimentos em Responsabilidade Social: Um estudo dos Balanços Sociais Publicados pelas Sociedades Anônimas de Capital Aberto no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais.
- BICUDO, M. A. V. A pesquisa qualitativa fenomenológica à procura de procedimentos rigorosos. São Paulo: Cortez, 2000. p. 71-102, 167 p.
- BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 2001.
- CARNEIRO, Célia Maria Braga. O Balanço Social de Empresas Incentivadas sob Enfoque da Redução de Desigualdade Social: Uma Investigação no Estado do Ceará. 2002. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. Manual de Contabilidade das Sociedades Por Ações: aplicável às demais sociedades/FIPECAFI: diretor responsável Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernerto Rubens Gelbcke. - 5. ed. Ver.e atual. - São Paulo: Atlas, 2000.
- HENDRIKSEN, Eldon S. & BREDÁ, Michael F. Van. *Teoria da contabilidade*. Trad. de Antônio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (Ibase). Disponível em: <<http://www.Ibase.org.br>>. Acesso em: 15/02/05.
- INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades, v. II. São Paulo: Peirópolis: instituto Ethos, 2003. Prêmio Ethos-Valor.
- JOÃO PESSOA. Resolução nº 004/98. Institui o Selo Herbert de Souza às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências". João Pessoa: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2003.
- KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- KLUTH, Verilda Speridião A rede de significados: imanência e transcendência: a rede de significação. In: Bicudo. Fenomenologia – confrontos e avanços. São Paulo, Cortez, 2000.

PORTO ALEGRE. Lei n. 8118, de 05 de janeiro de 1998. Cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1998.

RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade e Meio Ambiente(dissertação de mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. Custeio das Atividades de Natureza Ambiental. Tese (doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 11.440, de 18 de janeiro de 2000. Cria o Certificado Responsabilidade Social – RS – para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Rio Grande do Sul: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2000.

SANTOS, Ariovaldo dos. Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTO ANDRÉ. Lei n. 7.672, de 18 de junho de 1998. Cria o Selo Empresa-Cidadã às Empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências. Santo André: Câmara Municipal de Santo André, 1998.

SÃO PAULO. Resolução nº 005/98. Cria o Dia e o Selo da Empresa Cidadã às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1998.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). Balanço social: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, Herbert José de. Empresa pública e cidadã. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 mar. 1997. Caderno A2, p. 2.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Basics of qualitative research. Thousand Lage Daks: Lage Publications, 1990. 267 p.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social e a Contabilidade no Brasil. Caderno de estudos - FIPECAFI, São Paulo, n. 9, out. 1993.

\_\_\_\_\_, João Eduardo Prudêncio. Balanço social: uma abordagem sócio-econômico da contabilidade. 1984. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TORRES, Ciro. Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e Balanço Social no Brasil. In: \_\_\_\_\_, Ciro. Responsabilidade Social e Transparência. Disponível em:<<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 22/02/05.

UBERLÂNDIA. Decreto n. 118, de 11 de novembro de 1999. Institui título de Desempenho Comunitário Empresarial e dá outras providências e revoga o decreto legislativo n. 063 de 08/05/98. Uberlândia: Câmara Municipal de Uberlândia, 1999.

## 8 ANEXOS

**QUADRO 01 Balanço social no mundo**

<b>Período</b>	<b>Acontecimentos</b>
Século XX	Registram-se manifestações em prol do compromisso das empresas com o bem-estar da comunidade em que se encontram.
1960	Nos EUA - no governo de Nixon - o repúdio da população à guerra do Vietnã deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de algumas empresas ligadas ao conflito pela produção de bombas de fragmentação e gases paralisantes, dentre outros.
1970	Já na Europa, a idéia de responsabilidade social das empresas popularizou-se neste período.
1971	A companhia alemã STEAG produziu uma espécie de relatório social, um balanço de suas atividades sociais.
1972	O que pode ser classificado como um marco na história dos balanços sociais aconteceu na França quando a empresa SINGER elaborou o primeiro balanço social da história das empresas.
1977	É obrigatória a elaboração do balanço social na França, pelas empresas com mais de 300 empregados - Lei n.º 77.769, de 12 de julho de 1977, incluiu as empresas com 750 ou mais empregados.
1982	A obrigatoriedade passou a valer para as empresas com 300 ou mais empregados (Sucupira, [s. d.]).
1985	Em Portugal, a elaboração e a publicação do balanço social são lei.
1986	Na Bélgica, a publicação do balanço social é obrigatória para todas as empresas.

Fonte: Bernardo (2005).

**QUADRO 02 Balanço social no Brasil**

<b>Período</b>	<b>Acontecimentos</b>
1965	No Brasil, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil) publicou a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, por meio da qual se percebem alterações nos conceitos e práticas empresariais.
Na década de 1970	Criação do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)
Na década de 1980	A Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) chegou a elaborar um modelo.
1984	O balanço social da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, foi realizado sendo considerado o primeiro documento brasileiro do gênero.
1990	Algumas empresas - muito poucas - passaram a divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas para a comunidade, meio ambiente e para seu corpo de empregados.
1992	O Banespa realizou o seu em 1992 compondo a lista das empresas precursoras em balanço social no Brasil.
1997	Betinho, representando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, em parceria com a Petrobrás e o Jornal Gazeta Mercantil, lançou uma campanha em 16 de junho para a divulgação anual do balanço social, sob a alegação de que este passaria a ser o “primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira empresa-cidadã”.
2003	Lançamento do primeiro modelo de Balanço Social para as instituições de ensino, fundações e organizações sociais.

Fonte: Bernardo (2005).